

DIREITO PENAL

DICA - APLICAÇÃO DA LEI PENAL

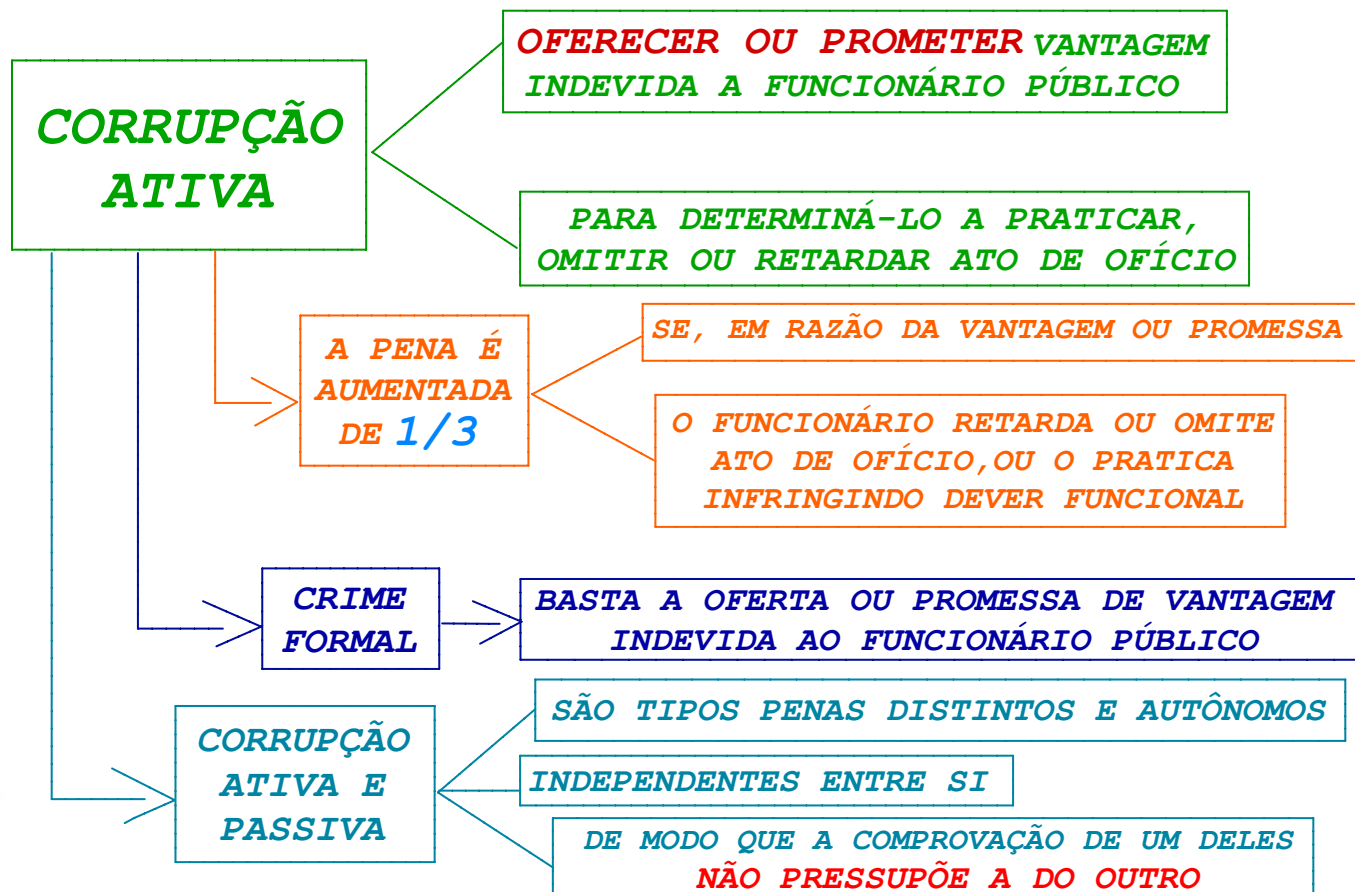
LEI PENAL NO TEMPO (I)



DIREITO PENAL

DICA - CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

CORRUPÇÃO ATIVA



DIREITO PENAL

DICA - CRIMES CONTRA A HONRA

CALÚNIA



DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - PRISÃO EM FLAGRANTE

ESPÉCIES DE FLAGRANTE

FLAGRANTE PRÓPRIO

ESTÁ **COMETENDO** A INFRAÇÃO PENAL

OU ACABA DE COMETÊ-LA

FLAGRANTE IMPRÓPRIO

(QUASE-FLAGRANTE)

É PERSEGUIDO, **LOGO APÓS**, PELA
AUTORIDADE, OFENDIDO OU QUALQUER PESSOA

EM SITUAÇÃO QUE FAÇA PRESUMIR
SER AUTOR DA INFRAÇÃO

FLAGRANTE PRESUMIDO

(FICTO)

É ENCONTRADO, **LOGO DEPOIS**, COM
INSTRUMENTOS, ARMAS, OBJETOS OU PAPÉIS

QUE FAÇAM **PRESUMIR** SER
ELE AUTOR DA INFRAÇÃO

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - INQUÉRITO POLICIAL

CARACTERÍSTICAS

ESCRITO

TODOS OS ATOS DEVERÃO SER **ESCRITOS**

INDISPONÍVEL

AUTORIDADE POLICIAL **NÃO PODE**
MANDAR ARQUIVAR O INQUÉRITO

INQUISITIVO

NÃO HÁ CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA

DISPENSÁVEL

A PROPOSITURA DA AÇÃO PENAL
PODE SER REALIZADA SEM ELE

DISCRICIONÁRIO

CABE A AUTORIDADE POLICIAL CONDUZIR O
INQUÉRITO DA MANEIRA QUE ENTENDER SER
MELHOR PARA AS INVESTIGAÇÕES

OFICIAL

CONDUZIDA POR ÓRGÃO OFICIAL

SIGILOSO

DEVE TRAMITAR EM SIGILO
PARA ELUCIDAÇÃO DOS FATOS

OFICIOSO

DEVE SER INSTAURADO DE **OFÍCIO** NOS CRIMES
DE AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA

"EI IDOSO"



INFORMÁTICA

CORREIO ELETRÔNICO

WEBMAIL

WEBMAIL

É UM MODO/FORMA DE ACESSAR O SERVIÇO DE CORREIO ELETRÔNICO POR **MEIO DA WEB** (UTILIZANDO UM NAVEGADOR E UM COMPUTADOR CONECTADO À INTERNET)

TODAS AS MENSAGENS FICAM **ARMAZENAS** EM PASTAS NO SERVIDOR DE E-MAIL (NO CLIENTE DE E-MAIL, FICAM ARMAZENADAS NA MÁQUINA DO USUÁRIO)

EM SÍNTESE, O WEBMAIL TRATA-SE APENAS DE UMA **PÁGINA WEB** CAPAZ DE FORNECER UMA INTERFACE ENTRE O CLIENTE E O SERVIDOR DE E-MAIL

UTILIZAM O PROTOCOLO **HTTP/HTTPS**

MAIOR VANTAGEM

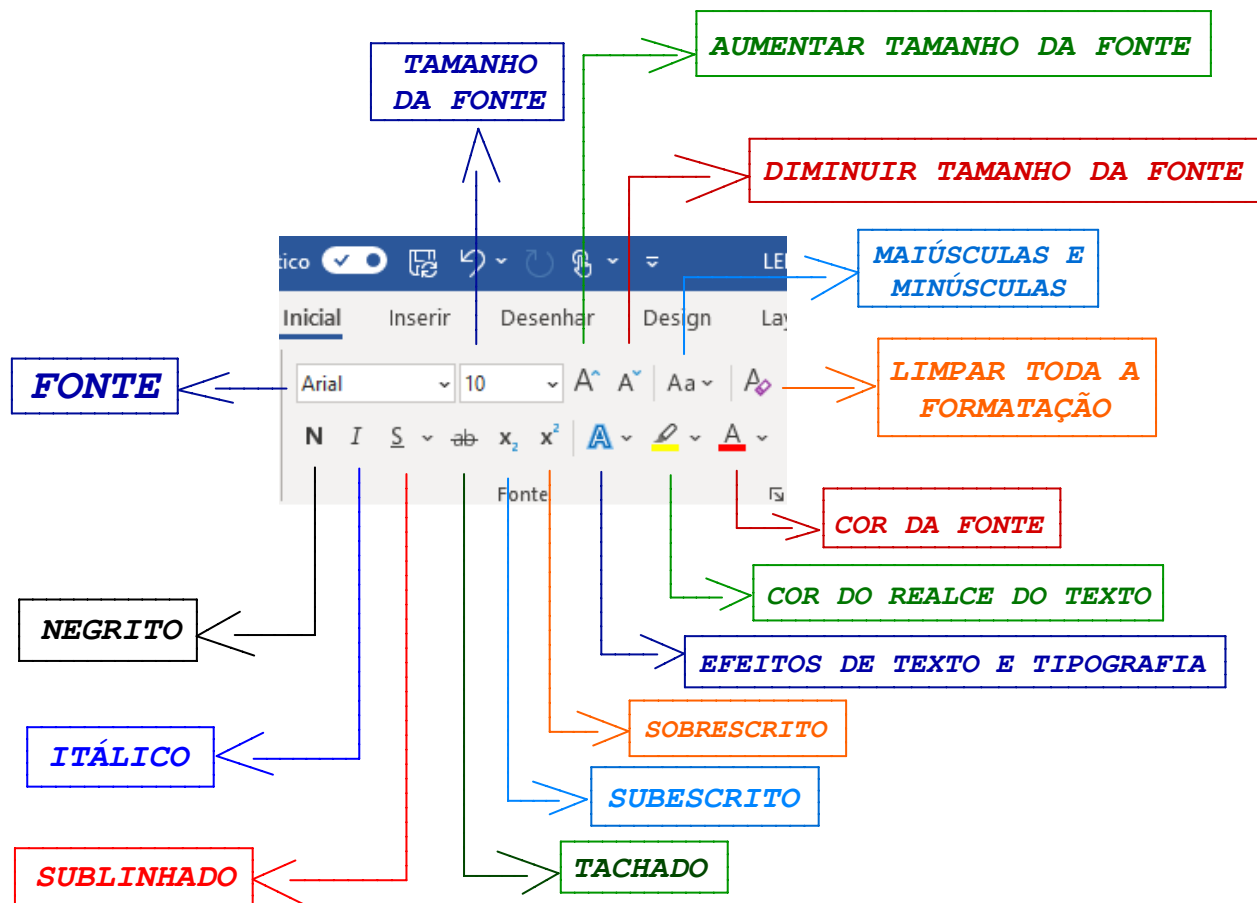
CAPACIDADE DE **ENVIAR E RECEBER** CORREIOS ELETRÔNICOS DE QUALQUER LUGAR

INFORMÁTICA

MICROSOFT WORD

GUIA PÁGINA INICIAL

FONTE



DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - DIREITOS FUNDAMENTAIS

MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO

👉 SÃO NORMAS PARA QUE O LEGISLADOR TIPIFIQUE DETERMINADAS CONDUTAS

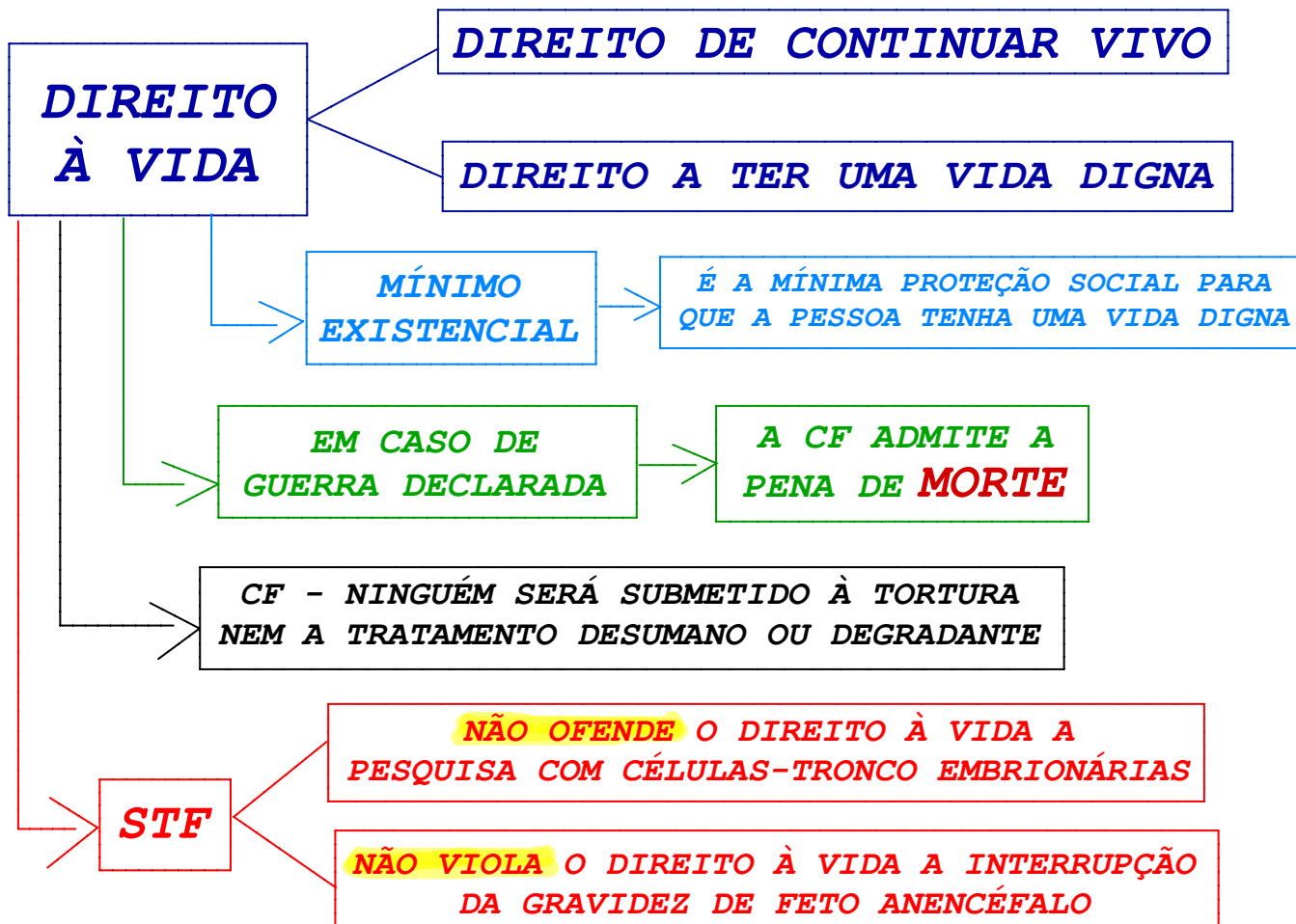
CRIMES	INAFIANÇÁVEIS	IMPRESCRITÍVEIS	INSUSCITÍVEIS DE GRAÇA OU ANISTIA
TERRORISMO/ TORTURA/TRÁFICO DE DROGAS + CRIMES HEDIONDOS			
RACISMO + AÇÃO DE GRUPOS ARMADOS			

OBS: A CF NÃO TIPIFICA CRIMES

DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - DIREITOS FUNDAMENTAIS

DIREITO À VIDA



DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIAS CIVIS E MILITARES



DIREITO ADMINISTRATIVO

NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

DAS PENAS

ENRIQUECIMENTO ILÍCITO	PREJUÍZO AO ERÁRIO	VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS
RESSARCIMENTO INTEGRAL DO DANO (SE HOUVER DANO EFETIVO)		
PERDA DOS BENS ACRESCIDOS ILICITAMENTE	PERDA DOS BENS ACRESCIDOS ILICITAMENTE (SE CONCORRER ESTA CIRCUNSTÂNCIA)	×
PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA	PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA	×
SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS DE ATÉ 14 ANOS	SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS DE ATÉ 12 ANOS	×
MULTA CIVIL IGUAL AO VALOR DO ACRÉSCIMO PATRIMONIAL (AUMENTÁVEL ATÉ O DOBRO)	MULTA CIVIL IGUAL AO VALOR DO DANO (AUMENTÁVEL ATÉ O DOBRO)	MULTA CIVIL DE ATÉ 24 VEZES VALOR DA REMUNERAÇÃO DO AGENTE (AUMENTÁVEL ATÉ O DOBRO)
PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO OU DE RECEBER BENEFÍCIOS, PELO PRAZO NÃO SUPERIOR A 14 ANOS (AINDA QUE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURÍDICA DA QUAL SEJA SÓCIO MAJORITÁRIO)	PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO OU DE RECEBER BENEFÍCIOS, PELO PRAZO NÃO SUPERIOR A 12 ANOS (AINDA QUE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURÍDICA DA QUAL SEJA SÓCIO MAJORITÁRIO)	PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO OU DE RECEBER BENEFÍCIOS, PELO PRAZO NÃO SUPERIOR A 4 ANOS (AINDA QUE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURÍDICA DA QUAL SEJA SÓCIO MAJORITÁRIO)

DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - PODERES ADMINISTRATIVOS

PODER VINCULADO



DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - ATOS ADMINISTRATIVOS

COMPETÊNCIAS (II) DELEGAÇÃO E AVOCAÇÃO

DELEGAÇÃO

ATRIBUIR A TERCEIRO PARCELA DE SUA ATRIBUIÇÕES

NÃO DEPENDE DE SUBORDINAÇÃO

ATO DISCRICIONÁRIO E REVOGÁVEL A QUALQUER TEMPO

O ATO DE DELEGAÇÃO E SUA REVOGAÇÃO
DEVERÃO SER PUBLICADOS NO MEIO OFICIAL

NÃO PODEM SER OBJETO DE DELEGAÇÃO

CE	COMPETÊNCIA EXCLUSIVA
NO	ATOS NORMATIVOS
RA	RECURSOS ADMINISTRATIVOS

AVOCAÇÃO

ATRAIR PARA SI A COMPETÊNCIA DE UM SUBORDINADO

DEPENDE DE SUBORDINAÇÃO

MEDIDA EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIA

DEVE SER JUSTIFICADO

NÃO PODE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA

LÍNGUA PORTUGUESA

ACENTUAÇÃO

USO DOS PORQUÊS

POR QUE (PERGUNTA)	👉 EQUIVALE A "POR QUAL RAZÃO", "POR QUAL MOTIVO", "PELA QUAL", "PELOS QUAIS" EX - POR QUE VOCÊ QUER SER APROVADO NO CONCURSO DA PF? EX - ESTAS SÃO AS RAZÕES POR QUE ESTUDO BASTANTE
POR QUÊ (FIM DE FRASE)	👉 É UTILIZADO NO FINAIS DE FRASES, ANTES DE PONTO FINAL, DE INTERROGAÇÃO, DE EXCLAMAÇÃO OU DE RETICÊNCIAS EX - ESTUDO BASTANTE PARA SER APROVADO. SABE POR QUÊ? EX - O CONTRATO NÃO FOI ASSINADO. POR QUÊ?
PORQUE (RESPOSTA)	👉 CORRESPONDE A UMA EXPLICAÇÃO OU UMA CAUSA (POIS, JÁ QUE, UMA VEZ QUE, PORQUANTO. .) EX - COMPREI ESTE COMPUTADOR PORQUE É MAIS BARATO EX - ESTUDO PORQUE EU QUERO PASSAR
PORQUÊ (SUBSTANTIVO)	👉 EQUIVALE A UM SUBSTANTIVO (É ANTECEDIDO DE UM DETERMINANTE) - TEM SIGNIFICADO DE "MOTIVO", "RAZÃO" EX - NÃO SEI O PORQUÊ DESSA ESCOLHA EX - EU SEI O PORQUÊ DA SUA DEDICAÇÃO

LÍNGUA PORTUGUESA

SINTAXE

ADJUNTO ADNOMINAL x COMPLEMENTO NOMINAL

ADJUNTO ADNOMINAL	COMPLEMENTO NOMINAL
SOMENTE SE LIGA A: ✓ SUBSTANTIVOS CONCRETOS E ABSTRATOS	SE LIGA A: ✓ SUBSTANTIVOS ABSTRATOS ✓ ADJETIVOS ✓ ADVÉRBIOS
PODE SER OU NÃO PREPOSICIONADO	É NECESSARIAMENTE PREPOSICIONADO
PRINCIPAL PEGADINHA DE PROVA PARA CONFUNDIR OS DOIS: NO CASO DE SUBSTANTIVO ABSTRATO COM TERMO PREPOSICIONADO "DE". NESSE CASO, VEJA COMO DISTINGUIR:	
◆ TERMO PREPOSICIONADO TEM SENTIDO AGENTE: SERÁ ADJUNTO ADNOMINAL	◆ TERMO PREPOSICIONADO TEM SENTIDO PACIENTE: SERÁ COMPLEMENTO NOMINAL
◆ SUBSTITUÍVEL POR UMA PALAVRA ÚNICA (UM ADJETIVO EQUIVALENTE) ◆ PODE INDICAR POSSE	◆ NÃO É SUBSTITUÍVEL POR UMA PALAVRA ÚNICA (ADJETIVO EQUIVALENTE) ◆ NÃO PODE INDICAR POSSE
EX: O CONSUMO DOS BRASILEIROS (OS BRASILEIROS CONSOMEM - AGENTE)	EX: O CONSUMO DE PÃO (O PÃO É CONSUMIDO - PACIENTE)

LÍNGUA PORTUGUESA

DICA - REESCRITA DE FRASES

EXPRESSÕES PROBLEMÁTICAS

EM VEZ DE

(NA DÚVIDA, OPTE
SEMPRE POR ELA)

X

AO INVÉS DE

EM GERAL, USADO COM SIGNIFICADO
DE "NO LUGAR DE"

MAIS ABRANGENTE - ALÉM DE SER USADO
PARA IDEIAS DIFERENTES, PODE SER USADO
TAMBÉM PARA IDEIAS CONTRÁRIAS

EM VEZ DE TELEFONAR PARA O MEU AMIGO,
IREI MANDAR UMA MENSAGEM PARA ELE

SIGNIFICA - IDEIAS CONTRÁRIAS,
OPOSIÇÃO, "AO CONTRÁRIO DE"

SOMENTE PODE SER USADO
NO SENTIDO DE OPOSIÇÃO

EX: AO INVÉS DE DESCER, SUBIU

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

PROPOSIÇÕES

NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÃO COMPOSTAS

3.4 Negação de Condicional $P \rightarrow Q$

Para negar uma proposição condicional, **repete-se a primeira parte**, troca-se o conectivo por **"e"** e **nega-se a segunda parte**.

MNEMÔNICO : **MaNe** (mantém o primeiro, nega o segundo e troca os conectivos).

Exemplo:

Proposição Composta: Se sou inteligente, então passarei no concurso.

Negação: Sou inteligente **e não** passarei no concurso.

Assim, sabendo que a negação de $P \rightarrow Q$ pode ser escrita como $\sim(P \rightarrow Q)$, temos que $\sim(P \rightarrow Q) \Leftrightarrow P \wedge \sim Q$.

TABELA VERDADE:

P	Q	$P \rightarrow Q$	$\sim(P \rightarrow Q)$	$\sim Q$	$P \wedge \sim Q$
V	V	V	F	F	F
V	F	F	V	V	V
F	V	V	F	F	F
F	F	V	F	V	F

RACIOCÍNIO LÓGICO

ANÁLISE COMBINATÓRIA

- Estuda a quantidade de agrupamentos que podem ser formados a partir de um conjunto de valores, ou seja, permite uma **contagem facilitada** das possibilidades com determinadas características em conjuntos finitos (contagens de maneira mais eficiente).

PRINCÍPIO MULTIPLICATIVO OU PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA CONTAGEM:

- É o processo de combinações possíveis quando se multiplica o conjunto de elementos.

- Se um evento **W ocorre de m maneiras** diferentes e se, para cada uma dessas maneiras, um outro evento **Z ocorre de n maneiras diferentes**, permite concluir que o **número de maneiras diferentes dos dois eventos ocorrerem é $m \times n$** .

- **EXEMPLO:** Considerando que Gabriel precisa sair e, para isso, deve escolher uma calça e uma blusa dentre as 4 calças e 3 blusas que possui, quantas maneiras distintas Gabriel teria para se vestir?

- Consideramos a quantidade de calças $m = 4$
- Consideramos a quantidade de blusas $n = 3$
- Utilizamos o princípio multiplicativo: $m \times n = 4 \times 3 = 12$.

IMPORTANTE: Podemos multiplicar quantos eventos forem necessários para determinar o número de maneiras combinadas e diferentes de ocorrerem. Se Gabriel, do exemplo anterior, devesse escolher uma calça, uma blusa e um sapato dentre 4 calças, 3 blusas e 4 sapatos, poderíamos dizer que existem 3 eventos: A, B e C, ou seja, utilizaríamos o princípio multiplicativo $m \times n \times p = 4 \times 3 \times 4 = 48$.

MEDIDAS DE POSIÇÃO

- As **MEDIDAS DE POSIÇÃO** nada mais são do que estatísticas voltadas a caracterizar o comportamento de determinados elementos presentes em dados. Desta forma, ao analisar o eixo horizontal do gráfico de uma curva de frequência, será tomada como base de orientação sua posição.

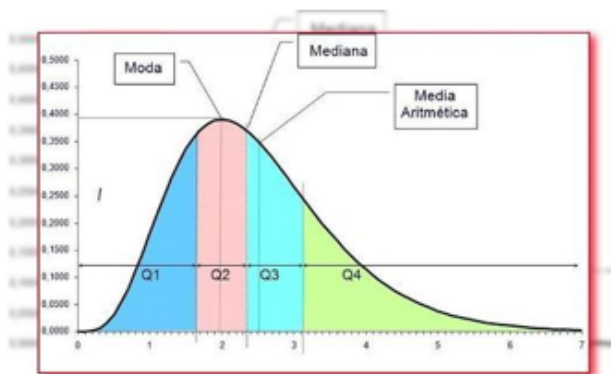
- Há 2 principais formas de classificar as medidas de posição:

a) **Medidas de TENDÊNCIA CENTRAL** = É o local onde está a maioria dos valores de uma distribuição. Portanto, vai apresentar o ponto principal de um conjunto de dados apresentados.

OBS: As principais medidas utilizadas é a **média aritmética** (divisão da soma dos valores de todos os elementos em uma série de observações); **moda** (Valor que mais frequentemente é apresentado dentro de uma série de observações); **mediana** (Ao organizar as observações feitas, seja em ordem crescente ou decrescente, seria o valor que ocupa a posição central).

b) **Medidas SEPARATRIZES:** Nas medidas separatrizes, haverá a divisão de uma série em várias partes (pelo menos duas), onde todas essas séries deverão conter a mesma quantidade de elementos.

OBS: As principais medidas utilizadas é a **mediana** (que divide uma série em 2 partes iguais); **Quartis** (que divide uma série em 4 partes iguais); **decis** (que divide uma série em 10 partes iguais); **percentis** (que divide uma série em 100 partes iguais).



ESTATÍSTICA

MÉDIA PONDERADA

- No cálculo da **média ponderada**, diferentemente da média aritmética, ao analisar um conjunto de dados os valores dos elementos possuem peso diferente no cálculo da média desses elementos.
- Segue abaixo a esqueça da média ponderada, onde "p" é o peso de cada elemento representado por "x":

$$\bar{x} = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i \times p_i)}{\sum_{i=1}^n p_i}$$

- A equação é mais simples do que parece! Note que o numerador é o valor de cada elemento multiplicado pelo seu respectivo peso, enquanto no denominador há a soma de todos os pesos indicados.
- A média ponderada é utilizada no cálculo do peso de matérias escolares, notas de matérias em provas de concurso público etc.
- Para **exemplificar**, vamos considerar que na avaliação escolar de ciências de um aluno, composta por três avaliações, cada avaliação possui um peso diferente, assim, a primeira avaliação peso 1, a segunda peso 2 e a terceira peso 3. O aluno obteve as seguintes notas:

Primeira avaliação = 10

Segunda avaliação = 8

Terceira avaliação = 8

Agora, aplicando na fórmula:

Média Ponderada = $10 \times 1 + 8 \times 2 + 8 \times 3 / 1 + 2 + 3$

Média Ponderada = $10 + 16 + 24 / 6$

Média Ponderada = $50 / 6$

Média Ponderada = 8,333...

DIREITOS HUMANOS

TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS

DIREITOS HUMANOS X DIREITOS FUNDAMENTAIS



DIREITOS HUMANOS

CONSTITUIÇÃO FEDERAL E OS DIREITOS HUMANOS

INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA (IDC)

IDC

LEGITIMIDADE - PROCURADOR
GERAL DA REPÚBLICA (PGR)

QUANDO CONSTATADA GRAVE VIOLAÇÃO DE
DIREITOS HUMANOS (NÃO É QUALQUER
VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS)

PGR SUSCITA IDC PARA QUE O PROCESSO QUE TRAMITE
NA JUSTIÇA ESTADUAL OU NA JUSTIÇA ESPECIAL SEJA
ENCAMINHADO À JUSTIÇA **FEDERAL**

ESSE INCIDENTE É DIRECIONADO AO **STJ**
(NÃO É STF, CUIDADO!)

ESSE DESLOCAMENTO PODE OCORRER NO
INQUÉRITO OU NA FASE PROCESSUAL

IMPREScindível A DEMONSTRAÇÃO DE QUE AS
INSTÂNCIAS LOCAIS NÃO FORAM SUFICIENTES PARA DAR
RESPOSTAS ÀS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

TEM COMO OBJETIVO ASSEGURAR O CUMPRIMENTO E
OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE TRATADOS INTERNACIONAIS DE
DIREITOS HUMANOS DOS QUAIS O BRASIL SEJA PARTE

FOI INCLUÍDO NA CF PELA EC 45/2004

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

LEI DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

DEFINIÇÃO DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

- ✓ A ASSOCIAÇÃO DE 4 OU MAIS PESSOAS
- ✓ ESTRUTURALMENTE ORDENADA
- ✓ DIVISÃO DE TAREFAS, AINDA QUE INFORMALMENTE



COM OBJETIVO DE OBTER, DIRETA OU INDIRETAMENTE

VANTAGEM DE
QUALQUER
NATUREZA

MEDIANTE A
PRÁTICA DE
INFRAÇÕES PENAIS

CUJAS PENAS MÁXIMAS SEJAM
SUPERIORES A 4 ANOS

OU QUE SEJAM DE
CARÁTER TRANSNACIONAL

ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA X ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA	ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA
3 OU + INTEGRANTES	4 OU + INTEGRANTES
DEVE TER A FINALIDADE ESPECÍFICA DE COMETER CRIMES	CARACTERÍSTICAS CITADAS ACIMA

APLICABILIDADE DA CIÊNCIA CONTÁBIL

O campo de aplicação da Contabilidade **no setor público** abrange o estudo, interpretação, identificação, mensuração, avaliação, registro, controle e evidenciação de fenômenos contábeis resultantes de variações patrimoniais em entidades desse setor.

A Estrutura Conceitual e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP) **são obrigatórias** para elaboração e divulgação dos RCPGs (Relatórios Contábeis de Propósito Geral) nessas entidades.

Mas quais são as entidades do setor público?

- Entidades do setor público incluem **governos nacionais, estaduais, distrital e municipais, seus respectivos poderes (tribunais de contas, defensorias, Ministério Público), órgãos, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo poder público, fundos, consórcios públicos, e outras repartições públicas similares das administrações direta e indireta, abrangendo ainda empresas estatais dependentes.**

PARA NÃO ESQUECER!

Empresas estatais dependentes são controladas pelo ente controlador e recebem recursos financeiros para despesas com pessoal, custeio em geral e despesas de capital. No entanto, excluem-se os recursos provenientes do aumento de participação acionária no último caso.

Note-se que empresas estatais independentes estão dentro do **escopo facultativo**, sendo aquelas controladas por entidades do setor público, mas que não se qualificam como empresas estatais dependentes.

Em princípio, essas **empresas não estão obrigadas a seguir a estrutura conceitual e as demais NBCs TSP**. Entretanto, a norma destaca que essas entidades, juntamente com outras não incluídas no conceito de "entidades do setor público", **têm a opção** de aplicar a estrutura conceitual e as demais NBCs TSP de forma facultativa ou por determinação de seus órgãos reguladores, fiscalizadores e afins.

SOBRE O OBJETO DA CONTABILIDADE PÚBLICA

O objeto da Contabilidade Pública é o chamado **PATRIMÔNIO PÚBLICO** (e não o orçamento público!).

*Patrimônio Público é o conjunto de **direitos e bens**, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.*

Para se entender o conceito de patrimônio público, é essencial se considerar os seus componentes principais:

Bens: Itens avaliados em moeda capazes de satisfazer as necessidades das entidades, como veículos utilizados nas atividades da entidade.

Direitos: Valores a receber de terceiros, gerados por operações da entidade, como contas a receber.

Obrigações: Dívidas contraídas pela entidade junto a terceiros, como contas a pagar.

A Contabilidade Pública permite o controle do patrimônio público, possibilitando o acompanhamento do estoque, veículos disponíveis, bens imóveis administrados e despesas incorridas pela entidade. Destaca-se que os bens podem ser tangíveis ou intangíveis, ampliando o escopo da contabilidade no setor público. Este conhecimento é fundamental para acertar questões de prova relacionadas à Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

BENS TANGÍVEIS:

Também conhecidos como bens materiais ou corpóreos.

Possuem substância física e podem ser tocados.

Exemplos incluem veículos e bens imóveis.

BENS INTANGÍVEIS:

Também conhecidos como bens imateriais ou incorpóreos.

Não possuem substância física e não podem ser tocados.

Exemplos incluem marcas (como a marca Petrobras) e patentes.